



Relatório de Participação em Viagem Internacional

Evento: II Forum de Governação de Internet (Forum Lusofono)

Local: Praia - Cabo Verde

Período: 11.09.2024 a 12.09.2024

Participante: Bianca Kremer

1. Objetivo

Compor a representação do Comitê Gestor da Internet no Brasil no evento. Integrar as discussões da comunidade lusófona para as oportunidades da internet aos falantes de língua portuguesa. Acompanhar os debates e integrar uma das mesas como palestrante. Promover abertura de diálogo e viabilizar conexões para novos e futuros projetos junto à comunidade lusófona.

2. Participação no evento

O II Fórum Lusófono teve nesta a sua primeira edição presencial, sendo também minha primeira participação no evento, co-organizado pelo CGI.br, a ARME (Agência de Regulação Multissetorial da Economia), o .PT e a Anacom.

O evento tem caráter multissetorial e o propósito de estabelecer um espaço de diálogo sobre as interfaces culturais, étnicas e instrumentais para a internet de língua portuguesa. Demonstrando que os falantes de língua portuguesa possuem especificidades no seu modo de interagir na rede, além de uma robusta participação nos espaços digitais em sendo a 8ª língua mais falada no mundo.

O tema-chave deste ano foi a diversidade linguística e cultural da lusofonia em contraste com a difusão da inteligência artificial nos países lusófonos, no contexto de uma sociedade cada vez mais hiperconectada. O fórum levantou importantes discussões sobre os impactos políticos, econômicos e sociais do avanço das novas tecnologias nas sociedades lusófonas. Trazendo pontos de atenção para problemáticas sociais e estruturais, sobretudo no campo do desenvolvimento e adoção de novas tecnologias, diante desse cenário. Dentre os diversos pontos abordados no fórum, destaque tópicos de inclusão digital, segurança da informação, capacitação tecnológica e investimento em infraestrutura.



Em ambos os dias de evento, pudemos contar com o acompanhamento de debates muito ricos e trocas culturais bastante importantes para uma análise de conjuntura capaz de tornar viável as propostas iniciais de colaboração coletiva. Sobretudo considerando as disparidades econômicas entre os países que compõem o continente africano (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe), europeu (Portugal) e sul-americano (Brasil). Disparidades estas que puderam ser percebidas na própria participação presencial de todos os países no evento, devido aos custos elevados para viabilizar o deslocamento para integrantes dos países mais pobres.

O primeiro dia do evento, 11 de setembro, foi dedicado à temática da inteligência artificial e a língua portuguesa. Questionando, em um primeiro momento, por que discutir as oportunidades e desafios da representação da língua portuguesa nos modelos de IA. Concluindo que a concentração exclusiva do desenvolvimento de modelos na língua inglesa significa excluir, e até mesmo inviabilizar, a preservação de características culturais que se exprimem pela nossa língua, dentro de nossas particularidades regionais. Portanto, para promover a inclusão digital seria imperioso preservar a nossa diversidade linguística também no desenvolvimento e adoção de tecnologias de IA.

Também se abordou a temática de vieses na IA e seus desafios para a diversidade linguística e cultural da lusofonia. Para que os países lusófonos possam dispor amplamente dos benefícios da IA, é necessário levar a sério os desafios de um desenvolvimento social e econômico inclusivo das novas tecnologias. E isto se entrelaça com a ideia de uma governança da internet que respeite e considere o multilinguismo.

Já no segundo dia, 12 de setembro, abordou-se o desafio de aproximar os países de língua portuguesa, tão diferentes entre si, no que concerne às temáticas de governança da internet e multissetorialismo. Com painéis dedicados a acesso a internet, inclusão digital, sustentabilidade, impacto ambiental nos países lusófonos e iniciativas formativas em governança da internet voltadas à comunidade lusófona. Foi sugerida uma EGI lusófona nesta ocasião, iniciativa esta que foi recebida com entusiasmo e pela qual torço no avanço.

Particpei como palestrante no Painel 5: Tecnologias emergentes, desenvolvimento sustentável e impacto ambiental nos países lusófonos. Nele pude trazer indicadores econômicos de desenvolvimento de IA no Brasil e no mundo, e levantar discussão sobre as bases da nova economia, sobretudo



insumos de minerais críticos e terras raras, e o papel dos países em desenvolvimento como o Brasil nesse cenário.

Como impressão pessoal, destaco por fim a sensibilidade da temática da colonização neste espaço de discussão. O que não é um assunto novo, nem mesmo surpreendente para nenhuma das comunidades lusófonas. Mas me impressionou o modo como são realizadas algumas modulações de discurso para que o tema do impacto da colonização nas economias dos países do bloco não seja um estopim de cisão ou mal-estar neste espaço, que se deseja colaborativo por todos os integrantes. Como regra, vislumbra-se o silêncio sobre este tópico, que nos atravessa a todos, cada país à sua maneira. Mas cujo enfrentamento, ao menos no reconhecimento desse processo histórico em um primeiro momento, poderia configurar uma excelente oportunidade de real colaboração e abertura de um diálogo mais horizontal. Considerando as reais necessidades e condições de possibilidade de participação e colaboração de cada um dos países da comunidade lusófona. Caso contrário, permaneceremos com inexpressiva participação de alguns dos países mais vulneráveis, como Guiné-Bissau por exemplo, na co-construção dessa proposta.

Saí dessa experiência com uma visão muito mais ampla dos impactos das novas tecnologias na comunidade lusófona. Encantada com o acolhimento e receptividade (Morabeza) da comunidade cabo-verdiana de governança da internet, e diversas conexões para projetos que vão ao encontro dos objetivos do CGI.br. Também saí com percepções políticas muito relevantes, sobretudo dos impactos da comunidade brasileira na comunidade lusófona africana, com valiosos aprendizados de prática de escuta para o processo colaborativo.